



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>
<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>
<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

ISSN 2176-9036

UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM COOPERATIVAS: SÃO OS CONTADORES NECESSÁRIOS?

USE OF ACCOUNTING INFORMATION IN COOPERATIVES: ACCOUNTANTS ARE NEEDED?

Autores:

Luiz Carlos Marques dos Anjos

Mestre em Contabilidade pela UFPE, Professor da UFAL.

E-mail: lcanjos@feac.ufal.br

Luiz Carlos Miranda

Ph.D. pela University of Illinois; Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da UFPE.

E-mail: lc-miranda@uol.com.br

Daniel José Cardoso da Silva

Mestre em Contabilidade pela UFPE, Professor da UFAL.

E-mail: danielcardoso@feac.ufal.br

RESUMO

Este trabalho analisa, dentro do ambiente das cooperativas, como estão sendo fornecidos os serviços contábeis pelos contadores e a visão dos gestores em relação à importância e à qualidade daqueles. Foi realizada pesquisa exploratória por meio da aplicação de um questionário direcionado aos receptores das informações contábeis nas cooperativas localizadas no estado de Alagoas e devidamente cadastradas no sindicato das mesmas. Foram identificadas pelo cadastro do sindicato (OCB, 2009), 97 cooperativas em Alagoas, contudo por motivos diversos apenas conseguiu-se atingir 58, das quais apenas 16 responderam o questionário. A aplicação do mesmo foi feita pessoalmente ou através de contato via *e-mail*. Os resultados evidenciam que os principais aspectos considerados para contratação do contador são sua experiência e seus conhecimentos sobre legislação tributária e que os serviços mais prestados são a confecção da folha de pagamento e emissão de guias de recolhimento de tributos. Verificou-se ainda que a percepção destes gestores sobre o uso e a demanda dos serviços contábeis vem evoluindo gradativamente para uma visão gerencial, no

entanto ainda prevalece a percepção do contador como agente escriturário e cumpridor de exigências legais cíveis e tributárias, que resulta em uma visão de que os serviços contábeis são mais caros do que úteis.

Palavras-chave: Informação Contábil. Cooperativa. Autogestão.

ABSTRACT

This study examines, within the environment of cooperatives, how the services are being provided by accountants and financial managers' view about the importance and quality of those. Exploratory research was conducted through the application of a questionnaire addressed to recipients of financial information on cooperatives in the state of Alagoas and duly registered in the same union. Were identified by the registration of the union (CBO, 2009), 97 cooperatives in Alagoas, but for various reasons only 58 were reached, of which only 16 completed the questionnaire. The application of it was done in person or through contact via email. The results show that the main aspects considered for hiring the counter are their experience and knowledge of tax law and that the services being provided are the making of payroll and issuance of guidelines for tax collection. It was also founded that the perception of managers on the use and demand for accounting services has been gradually progressing to a managerial vision, but the perception still prevails as an agent of the counter clerk and observant of civil and tax law requirements, which results in a vision that accounting services are more expensive than useful.

Key-words: Accounting Information. Union. Selfmanagement.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Stoeckel e Choudhury (1969) uma cooperativa é um conjunto de indivíduos que têm a mesma ocupação, que formam grupos e contribuem financeiramente para um fundo central, que os ajudará em seus negócios através de serviços prestados e empréstimos financeiros, a fim de fortalecer o crescimento do negócio deste grupo. Para Pinho (1966) a cooperativa consiste numa sociedade de prestação de serviços a seus cooperados e sempre busca viabilizar os interesses individuais, tentando atender o maior número possível de participantes. Sua existência só é justificada pela capacidade de buscar soluções para os problemas dos cooperados. Sendo assim, o cooperativismo possibilita transformar a vida das pessoas e da sociedade. Vê-se, através dessas definições, que uma sociedade cooperada existe com o propósito de atender grupos específicos de empreendedores, que em decorrência de contingências diversas se unem no intuito de fortalecer-se em ficar em condições de paridade para competir com concorrentes maiores.

Essa cooperação se realiza através de diversos setores como o agropecuário, de crédito, da saúde, do transporte, do trabalho, de habitação, de educação, entre outros; e vem sendo utilizada como instrumento para promoção e valorização dos indivíduos, e como um tipo de sociedade focada na ampliação do emprego e melhor distribuição de renda.

O Cooperativismo tem crescido em todo o mundo e apresentado alguns casos de sucesso, como é o exemplo da Mondragón Corporación Cooperativa (MCC) na Espanha que se destacou nos últimos anos (principalmente a partir da crise mundial de 2008) através de um modelo de internacionalização agressivo e criativo que a transformou no sétimo grupo empresarial de seu país (MCC, 2010; RAIMUNDO, 2007). Esta pesquisa se justifica pela

expressiva importância das Cooperativas na economia, não apenas no Brasil, mas também em Alagoas, onde, atualmente, há vinte mil cooperados distribuídos numa quantidade ainda pequena de cooperativas, mas que respondem pela geração de 75 mil postos de trabalho. Apesar do cooperativismo ainda ocupar um pequeno espaço no Estado, em janeiro de 2008, Alagoas passou a ser o primeiro estado no Nordeste a possuir legislação quanto às atividades cooperadas, através da promulgação da Lei Estadual do Cooperativismo, e foi responsável pelo movimento aproximado de R\$ 390 milhões (ALAGOAS, 2009).

Um de seus pontos positivos é a distribuição do resultado econômico das suas atividades após o encerramento do exercício, que se realiza de maneira direta, democrática e com benefícios a todos, baseados na proporção da utilização dos serviços na cooperativa (PINHO, 1966).

Esse resultado econômico e outras diversas informações financeiras são uns dos vários serviços prestados pela contabilidade que, se utilizados de forma adequada, proporcionam aos gestores a base para avaliação da situação da entidade, como também auxilia em tomadas de decisão. Essas informações precisam ter qualidade, ou seja, serem seguras, fiéis e úteis para fornecer aos seus usuários uma visualização geral e fidedigna das suas reais condições. Além disso, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Resolução nº 920 de 2001 que apresenta aspectos contábeis específicos para as cooperativas em seu item 10.8.

Assim, espera-se que estas entidades utilizem, no seu dia-a-dia, todos os serviços oferecidos pela contabilidade, de modo a otimizar as informações remetidas aos cooperados. Entretanto, pesquisas como as de Caneca (2008) e Umbelino (2008) evidenciam que os contadores não estão atentos às demandas por informações contábeis que possam subsidiar o processo de tomada de decisão, deixando de atender à real necessidade de gestão de seus clientes e perdendo, ainda, oportunidade de negócios que lhes propiciem maiores receitas. Este fato pode gerar uma maior dificuldade na avaliação do desempenho operacional das cooperativas, menor conhecimento da organização, bem como aumenta a probabilidade de o gestor optar por decisões que não sejam as mais eficazes. Para elucidar a situação exposta foi elaborado o seguinte problema da pesquisa: **Qual a percepção dos gestores das cooperativas de Alagoas sobre uso e demanda de informações contábeis úteis no processo de tomada de decisão?**

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar, analisar e evidenciar a percepção de gestores de cooperativas acerca da oferta e demanda de informações contábeis que lhes sejam úteis no processo decisório.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Cooperativa, cooperativismo e cooperação

Segundo Baldus e Willens (1939 *apud* PINHO, 1966, p.7), do ponto de vista sociológico, “Cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo”. Vê-se então que a cooperação supõe a liberdade de trabalhar em comunidade, possuindo, assim, duas condições importantes: trabalho livre e grupal. Gozer, Alves e Gimenes (2005) dizem ainda que “o cooperativismo tem duplo caráter: social (sociedade de pessoas) e econômico (empresa)”.

Quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, a cooperação dá origem às cooperativas. De acordo com Azevedo e Senne (2006, p.177), “A cooperativa é

definida como sendo sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos associados”, ou seja, é um ajuntamento de pessoas voltadas para um desejo comum, em que visam alcançar os objetivos propostos na sua constituição estatutária. Gozer, Alves e Gimenes (2005) afirmam ainda que as cooperativas se destacam entre seus usuários pelo fato destes serem também os proprietários das mesmas, participando tanto nas operações comerciais, como na tomada de decisão.

Em relação ao Cooperativismo, Kreutz (2004, p 9) afirmou que:

O cooperativismo é um movimento internacional, que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperantes, e remunerem adequadamente a cada um deles.

Em outras palavras, o cooperativismo baseia-se no trabalho e não no lucro, é uma filosofia do homem na sociedade em que vive, baseada na ajuda mútua, considera os valores e aspirações e não o capital individual acumulado. Desta forma, pode-se observar que cooperação, cooperativa e cooperativismo são palavras que contêm cada uma o seu próprio significado, embora derivem de uma mesma palavra: cooperar.

Panzutti (1997, p.57) afirma que cooperativa é um agrupamento de pessoas que tem três principais características: 1) Propriedade cooperativa: todos os usuários são também proprietários; 2) Gestão cooperativa: a tomada de decisão não está concentrada em uma única pessoa; e 3) Repartição cooperativista: a distribuição do lucro é feita proporcionalmente à participação dos associados. Bialoskorski Neto (2000, *apud* RAIMUNDO, 2007) apresenta cooperativas como “organizações de fins econômicos que não visam o lucro”. Percebe-se que este conceito difere do anterior quanto à abordagem ao lucro, pois a uma entidade cooperativista deseja obter lucro, porém não o retém, mas o destina aos seus associados. A OCEPAR (2010) conceitua cooperativa como “um empreendimento de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns...”. Percebe-se que este órgão já traz em sua definição alguns dos ramos de atividades nas quais as cooperativas atuam. Abaixo os ramos de acordo com a classificação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB; 2009) e também a de Wisnievski (2004, p. 45 - 47):

- Agropecuário;
- Consumo;
- Crédito;
- Educacional;
- Especial;
- Habitacional;
- Infraestrutura;
- Mineral;
- Produção;
- Saúde;
- Trabalho;
- Transporte;
- Turismo e Lazer.

Para ambos autores as definições para cooperativas agropecuárias, de consumo, de crédito, educacional, habitacional, infraestrutura e de produção são semelhantes, porém observa-se a inclusão de um novo ramo não constituído na classificação de Wisniewski (2004), o de cooperativa especial que possui propósitos sociais. Outro conceito que apresenta diferenças é o de cooperativa de trabalho, pois a OCB (2009) desmembra criando novas classificações como a mineral, de saúde, transporte, e turismo e lazer, estas que de acordo com o outro autor estão condensadas formando apenas sub-ramos e não ramos específicos, desta forma a cooperativa de trabalho segundo a OCB (2009) fica mais restritiva do que a de Wisniewski (2004).

A OCEPAR (2010) demonstra que no Brasil os principais ramos de atividades das cooperativas, por número de cooperativas, em 2008 eram: 1) Trabalho (1.746 cooperativas); 2) Agropecuário (1.611 cooperativas); 3) Crédito (1.113 cooperativas); e 4) Transporte (1.060 cooperativas).

2.2 Oferta de serviços contábeis

A contabilidade tem o objetivo de fornecer aos seus usuários informações qualitativas e quantitativas sobre a situação das entidades. Para tanto aquelas devem ser seguras, fiéis e úteis para auxiliar na tomada de decisão. Kam (1990) afirma que para que a informação contábil seja útil, ela deve ser relevante e confiável, o que vai ao encontro do que dizem Glautier e Underdown (2001) afirmando que a produção da informação útil deve ser baseada nas necessidades dos usuários desta, de forma que ela seja adequada. Já a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 785/95 estabelece que as principais características qualitativas são: confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade. A pesquisa desenvolvida por Miranda et al (2007) mostrou que os gestores investigados percebem a informação gerada pelos contadores como útil, entretanto afirmam que estes não são o “único profissional especializado na produção de informação para controle e avaliação do desempenho”.

Entretanto, a forma com que os serviços contábeis são prestados (se um prestador de serviço externo à empresa, ou um funcionário interno da mesma) pode impactar diretamente na qualidade e quantidade de serviços / informações prestadas. Neste sentido destacam-se os resultados de um estudo realizado com pequenas empresas em Portugal quanto ao uso da informação contábil nas decisões financeiras (NUNES e SERRASQUEIRO, 2004), que permitem verificar que os gestores de empresas com contabilidade interna atribuem maior importância à informação contábil, tanto para decisões estratégicas como operacionais. Esse fato, segundo as autoras, poderá indicar que, quando a contabilidade é feita externamente, a principal finalidade da sua elaboração pode ser para propósitos fiscais e legais.

Michaels (1995, *apud* ALMEIDA, 2006, p. 68) apresenta diversos fatores que atrapalham a autogestão de empreendimentos cooperativos. Destaca o autor que as práticas contábeis deveriam ser “incluídas nos estatutos da cooperativa”, pois o mesmo entende que a informação contábil não é clara o suficiente para que seus usuários a entendam. Almeida (2006) mostra em seu trabalho que, por um, lado os contadores que atendem as cooperativas baseiam suas atividades nas demonstrações obrigatórias (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício), enquanto que por outro os gestores não procuram estes relatórios por não entenderem e por serem apenas entregues anualmente. Mesmo assim, os respondentes de sua pesquisa reconheceram que subutilizam a contabilidade.

Já Naves (2007) mostrou em seu estudo, sobre cooperativas de crédito rural, que estas mesmo tendo alguns benefícios frente outras organizações, (como: a não incidência de alguns tributos, menores custos de transação, menores riscos operacionais, dentre outros.) elas não estão adstritas ao uso da informação contábil para sua continuidade, haja visto que (mesmo sem ter o objetivo de gerar lucros – segundo a autora) necessitam gerar “sobras como elemento de sustentabilidade econômica”.

Ao contrário do que poderia ser esperado, as pesquisas contemporâneas desenvolvidas em Contabilidade, especificamente quando tratam da utilização da informação contábil, evidenciam que o seu uso não necessariamente está associado com o profissional contador. A cultural desvalorização da profissão contábil no Brasil, bem como o conformismo que muitos profissionais da área assumiram, ao adotar apenas o papel de escriturários e emissores de guias de tributos, tem obrigado aos usuários mais interessados a buscarem as informações que necessitam em outros profissionais, pois encontram dificuldades para entender e manusear as informações fornecidas pela contabilidade (SHELDON, 1994).

Nesse sentido, de acordo com Oyadomari *et al* (2008), têm surgido diversas técnicas para auxiliar a gestão do negócio através da avaliação de desempenho. Frezatti (2005) diz em seu estudo que em ambientes que são mais instáveis e incertos, poder utilizar ferramentas de planejamento preditivo permitira que uma organização aumentasse sua eficiência na busca de maior controle de suas operações. Por outro lado Soutes (2006) afirma que apesar de existirem diversos fatores facilitadores para o surgimento e utilização de artefatos modernos, pouca mudança tem sido verificada nas práticas de contabilidade gerencial dos dias atuais. A mesma autora diz ainda que diversos pesquisadores propuseram separações das práticas utilizadas quanto à sua abordagem, a saber: tradicionais e contemporâneos. Os primeiros se caracterizam por serem menos frequentes, se basearem no orçamento padrão e se vincularem, prioritariamente, ao desempenho financeiro. Já o outro se destaca por ser mais oportuno e aumentar o enfoque em medidas não financeiras. Vale ressaltar ainda que a afirmação de qual informação é útil para a tomada de decisão depende totalmente do usuário desta informação. O processo cognitivo para tal escolha é influenciado por diversos fatores que incluem não apenas o ramo de atividade e porte da empresa, mas também da formação do gestor, sua escolaridade e cultura organizacional. Logo, pode-se afirmar que um dos maiores desafios para a contabilidade seria formar um portfolio de indicadores que atendessem aos anseios dos usuários internos.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi fundamentado em pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos de periódicos científicos e de anais de congressos, além de pesquisa na Internet. Possui como universo o conjunto das cooperativas, com registro no sindicato local. Por questões de restrições orçamentárias, foi selecionada uma amostra por conveniência, não-probabilística.

Foram identificadas pelo cadastro do sindicato (OCB, 2009), 97 (noventa e sete) cooperativas em Alagoas, contudo parte delas não foi possível ter contato: 2 (duas) por não estarem mais funcionando, 2 (duas) por não serem mais cooperativas, 10 (dez) por terem mudado de número ou este não existir mais, 22 (vinte e duas) por não terem atendido mesmo a tentativa de contato ter ocorrida em horários diferentes. Também houve casos de unificação entre elas, onde 5 (cinco) se juntaram formando apenas 2 (duas). Desta forma restaram 58 (cinquenta e oito), das quais apenas 16 (dezesesseis) responderam o questionário, o que representa um risco amostral de – aproximadamente – 20,5%. Este valor foi identificado

através da equação apresentada por Levine; Berenson; Stephan (2000), para populações em que não se conhece o desvio padrão, nem a proporção populacional:

$$n = \frac{Z^2_{\alpha/2} \cdot 0,25}{E^2}$$

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários estruturados, que foram enviados por e-mail (nos casos em que não foi possível realizar uma visita pessoal) e entrevista, diretamente com os receptores dos serviços contábeis nas cooperativas.

A análise estatística dos dados foi realizada com auxílio do pacote estatístico *SPSS – Statistical Package for Social Sciences* – versão 16.0. O tratamento estatístico utilizado neste estudo se refere à análise descritiva dos dados, baseada em medidas de dispersão, posição e nos testes de hipóteses, verificados com a utilização de testes não paramétricos (teste qui-quadrado e teste Exato de Fisher).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para descrição do perfil dos questionados e das cooperativas, nesta seção, são evidenciadas algumas características como cargo ocupado, tempo de atuação na área, tempo de funcionamento, ramo de atividade e quantidade de cooperados.

Tabela 1 – Cargo Ocupado

Cargo	Frequência	Percentual
Gerente Financeiro	6	37,5
Presidente	3	18,8
Outros	7	43,8
Total	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Os entrevistados são os responsáveis pelo recebimento das informações contábeis. De acordo com a Tabela 1, verifica-se que 6 (37,5%) são gerentes financeiros, 7 (43,8%) outros, dentre estes estão inclusos assistentes administrativo, coordenador fiscal, assessor da diretoria e controller, e apenas 3 (18,8%) são diretores e presidentes, esta minoria é explicada pela ausência destes no local de trabalho, por exercerem cargos mais elevados e estarem resolvendo atribuições externas.

Tabela 2 – Tempo de experiência em cooperativas

	Frequência	Percentual
Até 5 anos	9	56,3
De 6 até 10 anos	3	18,8
De 11 até 15 anos	3	18,8
De 16 até 20 anos	1	6,3
Total	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Tabela 2, identifica-se que 9 (56,3%) dos respondentes ainda estão no início do desenvolvimento de suas carreiras em cooperativas. No entanto apenas 1 (6,3%) atua nesta área há mais de 15 anos. A média é de 8 anos, enquanto que a mediana é 5 anos. Percebe-se então que 7 (43,7%) já ultrapassaram a mediana.

Tabela 3 – Tempo de existência da cooperativa

	Frequência	Percentual
Até 5 anos	4	25,0
Entre 6 e 10 anos	3	18,8
Entre 11 e 20 anos	6	37,5
21 anos ou mais	3	18,8
Total	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Com a evolução do cooperativismo no Brasil, há um grande crescimento no número de cooperativas, e em Alagoas não é diferente, pois como mostra a Tabela anterior, nos últimos 5 anos foram fundadas mais cooperativas do que no quinquênio anterior. Elas têm em média 20 anos de existência e a mediana, bem como a moda, é de 12.

Tabela 4 – Objetivo social da cooperativa

	Frequência	Percentual
Cooperativa de Crédito	5	31,3
Cooperativa de Trabalho	5	31,3
Cooperativa de Transporte	3	18,8
Cooperativa de Produtores	2	12,5
Cooperativa Educacional	1	6,3
Total	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Tabela 4, observa-se que da amostra colhida em Alagoas, os ramos de cooperativas que se destacam, ambos com 5 (31,3%), são os de crédito, que além de praticarem taxas e tarifas mais acessíveis ainda dividem seus lucros no final do exercício, e os de trabalho, por abrangerem uma quantidade maior de profissionais de áreas distintas. No entanto, destaca-se também a pequena existência de cooperativas educacionais, com apenas 1 (6,3%), de acordo com um dos entrevistados esta constatação é fruto do pouco interesse dos professores na organização de tal entidade.

Tabela 5 – Quantidade de cooperados

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Até 100 cooperados	6	37,5	37,5
De 101 até 500 cooperados	5	31,3	68,8
De 501 até 1000 cooperados	2	12,5	81,3
Acima de 1000 cooperados	3	18,8	100,0
Total	16	100,0	

Fonte: elaborado pelos autores.

Para atender o objetivo do trabalho os questionários foram aplicados em cooperativas com diversas quantidades de cooperados, sem priorizar as menores ou maiores, como mostra o quadro 7, que até 100 cooperados obteve 6 (37,5%), de 101 até 500 foram 5 (31,3%) e acima de 500 existiram 5 (31,3%). A cooperativa com o menor número de cooperados possui 10 e a com maior 5.400. A média de cooperados da amostra estudada é de 685 e a mediana é 140 cooperados.

Tabela 6 – Prestador de serviços contábeis

	Frequência	Percentual
Contador interno	10	62,5
Escritório de contabilidade	6	37,5
Total	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme análise da Tabela 6, percebe-se que há uma predominância por parte das cooperativas em ter um contador interno com 10 (62,5%), e apenas 6 (37,5%) recebem os serviços em questão dos escritórios contábeis. Esta diferença pode ser explicada porque com a existência do contador interno os respondentes identificam benefícios como exclusividade na prestação do serviço, menor retirada de documentos da empresa, probabilidade das informações serem mais ágeis, e um contato mais próximo. No entanto, a contratação de escritórios contábeis torna-se mais viável para as cooperativas por haver uma redução de custos. Deve-se lembrar que algumas cooperativas questionadas fazem parte de um sistema em que sua contabilidade é feita na respectiva central, neste caso, definida como contador interno.

Tabela 7 – Tempo da atual prestação de serviços contábeis

Tempo de atuação do prestador	Prestador de serviços contábeis		Total
	Contador interno	Escritório de contabilidade	
Até 5 anos	5	3	8
De 6 até 10 anos	1	1	2
De 11 até 20 anos	1	2	3
Acima de 20 anos	3	0	3
Total	10	6	16

Fonte: elaborado pelos autores.

Segundo a Tabela 7, apenas contadores internos estão prestando serviços às cooperativas há mais de 20 anos, o que evidencia a oportunidade de desenvolvimento de

carreira, bem como uma relação mais confiável entre o fornecedor e o usuário da informação contábil. Entretanto, quando analisado individualmente os dois tipos de prestadores, nota-se que existem algumas semelhanças no tempo em que prestam serviço como, por exemplo: 5 contadores internos estão atuando até 5 anos que, comparado ao seu total equivalem à 50%, o mesmo acontece nos escritórios de contabilidade nos quais 3 estão atuando até 5 anos que, comparado ao seu total também geram o percentual de 50%.

Tabela 8 – Valor pago por tipo de serviço

Valor pago pelo serviço	Tipo de serviço contratado		
	Contador interno	Escritório de contabilidade	Total
Até 4 SM	4	6	10
Mais que 4 SM	5	0	5
Total	9	6	15

Teste exato de Fisher: nível de significância = 4,4% (bi-caudal) e 4,2% (unicaudal)

Fonte: elaborado pelos autores.

A fim de descobrir quem é mais valorizado financeiramente, a Tabela 8, evidencia que enquanto todos os escritórios de contabilidade recebem até 4 salários mínimos (SM), a maioria dos contadores internos recebem acima de 4 salários mínimos (SM). O teste mostra que existe relação estatisticamente significativa entre as variáveis. Esta diferença se explica por conta dos escritórios de contabilidade não possuírem apenas um único cliente como fonte de renda, podendo assim oferecer um menor preço pelos serviços contábeis, diferente dos contadores internos que não possuem essa vantagem, porém para algumas entidades é mais válido manter a presença deste profissional.

Tabela 9 – Relação entre o valor pago pelo serviço e a percepção do gestor sobre o mesmo

Valor pago pelo serviço	Percepção quanto ao valor pago		
	Satisfatório	Caro	Total
Até 4 SM	2	8	10
Mais que 4 SM	1	4	5
Total	3	12	15

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 9 evidencia que tomadores de serviço contábil estão insatisfeitos com o valor pago. Isso pode ser entendido como indícios de desvalorização financeira do contador. Em ambos os casos (cooperativas que pagam até 4 SM e as que pagam mais que 4 SM), apenas 25% (em cada caso) dos respondentes percebem que o valor pago é satisfatório.

Tabela 10 – Disposição de pagar mais ao contador

Disposição de Pagar mais	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Não	4	25,0	26,7	26,7
Até 20% mais	8	50,0	53,3	80,0
Até 40% mais	1	6,2	6,7	86,7
Até 60% mais	2	12,5	13,3	100,0
Total	15	93,8	100,0	
Não Respondeu	1	6,2		
Total	16	100,0		

Fonte: elaborado pelos autores.

Embora a visão dos gestores em relação à importância dos serviços contábeis esteja evoluindo, ao serem questionados se pagariam mais por relatórios mensais que permitissem o melhor gerenciamento para a cooperativa, 4 (26,7%) afirmaram que não, enquanto que 8 (53,3%) só pagariam o mínimo proposto nas alternativas. O que não respondeu, destacou que valorizaria o contador, contudo de outra forma que não seja monetária. Estes resultados corroboram os encontrados por Miranda et (2007) onde 70% dos entrevistados estavam dispostos a pagar mais ao contador, entretanto apenas 9,1% pagariam até 60% a mais. Já a pesquisa de Caneca (2008) revelou que 73,8% dos entrevistados estariam dispostos a pagar mais ao contador caso ele gerasse informações que auxiliassem no gerenciamento dos negócios. Pode-se ver que ambas as pesquisas obtiveram resultados semelhantes, evidenciando uma oportunidade para os contadores melhorarem seus honorários através da sofisticação de seus serviços.

Tabela 11 – Serviços prestados pelo contador

Serviços	Sim		Não		Total	
	F	%	F	%	F	%
Folha de pagamento	13	86,7	2	13,3	15	100,0
Cálculos e guias dos impostos e encargos sociais	15	100,0	-	-	15	100,0
Elaboração de livros fiscais	15	93,8	1	6,3	16	100,0
Confecção das demonstrações contábeis	16	100,0	-	-	16	100,0
Assessoria à administração da cooperativa	14	87,5	2	12,5	16	100,0
Auditoria e Controladoria	6	37,5	10	62,5	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 11 pode-se observar que os contadores focam seus serviços nas demandas legais e / ou patronais, porém Auditoria e Controladoria só é oferecido por 6 (37,5%) contadores. Uma das explicações dadas à este pequeno resultado é que algumas entidades precisam que a auditoria seja feita por um ente sem vínculo com o contador interno ou escritório contábil. Vale ressaltar que o fato de algumas cooperativas não recebem folhas de pagamento não pode ser justificado pela não prestação do serviço, mas sim por possuírem apenas cooperados e não empregados. O estudo desenvolvido por Caneca (2008) mostra que os serviços que são mais prestados pelos contadores são cálculo dos impostos (96,9% dos casos) e folha de pagamento (75,4% dos casos).

Tabela 12 – Serviços mais importantes

Serviços	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Folha de Pagamento	1	6,3	6,3
Cálculos e guias dos impostos e encargos sociais	1	6,3	12,5
Elaboração dos livros fiscais	1	6,3	18,8
Confecção das demonstrações contábeis	5	31,3	50,0
Assessoria à administração da cooperativa	6	37,5	87,5
Auditoria e Controladoria	1	6,3	93,8
Todos	1	6,3	100,0
Total	16	100,0	

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 12 retrata que a maior parte dos questionados já entende que o assessoramento a administração da cooperativa é o serviço contábil mais importante, entretanto apenas a confecção das demonstrações contábeis continua sendo muito valorizada. Apenas um dos respondentes demonstrou um interesse em todos os serviços apresentados.

Tabela 13 – Critérios para escolha do contador

Critério	Frequência	Média
Experiência do contador	15	4,53
Conhecimento da legislação tributária	16	4,50
Qualidade dos serviços	16	4,37
Presteza na entrega dos relatórios	16	4,25
Formação superior do contador	16	4,12
Nível de tecnologia do escritório	15	3,60
Indicação de amigos	15	3,07
Preço dos serviços	15	2,93

Obs.: Nesta questão foi utilizada a escala de *Likert* de 1 a 5.

Fonte: elaborado pelos autores.

Visando evidenciar os critérios que os gestores das cooperativas avaliam como mais importantes para seleção do contador, no questionário, foi oferecida uma lista possuindo alguns critérios para que eles atribuíssem notas a cada um deles, em uma escala de Likert de 1 a 5, conforme o grau de importância. Nesta escala, a nota 5 corresponde a muito importante e a nota 1 ao que não tem nenhuma importância. A Tabela 13 mostra que os critérios que os gestores deram mais importância no ato da contratação do contador foram a experiência do contador (média 4,53) e o conhecimento da legislação tributária (média 4,50), este segundo comparado aos resultados obtidos por Caneca (2008) em sua dissertação, já citada anteriormente, confirma que independente de serem cooperativas ou empresas de pequeno e médio porte o que mais é relevante em relação aos serviços contábeis é ainda a prestação de serviços relativos ao atendimento das obrigações legais e fiscais. Observa-se também que o critério julgado menos importante pelos gestores das cooperativas, é o preço dos serviços

(média 2,93), o que demonstra que a valorização das atribuições do profissional contábil não está apenas ligada ao seu valor monetário, mas principalmente a qualidade destas.

Entretanto ao responderem se manteriam o contador caso o governo simplificasse o recolhimento de impostos e encargos sociais, de forma que eles mesmos fossem capazes de calcular e efetuar o pagamento, todos os entrevistados responderam que manteriam, o que pode ser caracterizado como uma boa percepção dos serviços prestados pelos contabilistas, além do conhecimento sobre legislação tributária.

Tabela 14 – O que precisa melhorar nos serviços prestados pelo contador

O que precisa melhorar	Precisa melhorar		Já está bom		Não é importante		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Entregar relatórios gerenciais	9	56,3	6	37,5	1	6,3	16	100,0
Agilidade na solução de problemas	8	50,0	8	50,0	-	-	16	100,0
Entregar os relatórios com mais presteza	7	43,8	9	56,3	-	-	16	100,0
Melhor relacionamento pessoal	7	43,8	9	56,3	-	-	16	100,0
Contatos mais freqüentes	6	40,0	9	60	-	-	15	100,0
Interesse em melhorar a qualidade dos serviços prestados	6	37,5	10	62,5	-	-	16	100,0
Mais conhecimento para decisão de tomada de financiamentos	4	25,0	11	68,8	1	6,3	16	100,0
Ter mais conhecimento sobre legislação e impostos	4	25,0	12	75,0	-	-	16	100,0
Ajuda para calcular o custo e preço dos produtos	3	18,8	10	62,5	3	18,8	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Os questionados foram indagados sobre o que, na opinião deles, precisa melhorar em relação aos serviços prestado pelo seu contador, conforme disposto na Tabela 14. Ao analisar as respostas, identificou-se, 12 (75%) contadores foram avaliados já estando bom no critério de ter conhecimento sobre legislação e impostos, enquanto que os respondentes percebem que a entrega de relatórios gerenciais 9 (56,3%) e a agilidade na solução de problemas 8 (50%) são as principais deficiências dos contadores. Entretanto, deve-se ressaltar que nem sempre a responsabilidade da ausência desses relatórios é somente do contador, pois muitas vezes as entidades não entregam informações necessárias, ou confiáveis, para a produção destes. Vê-se no estudo de Caneca (2008) que há uma semelhança nos resultados encontrados nesta pesquisa, pois naquele estudo a maioria dos respondentes (39,2%) afirmou que o contador precisa melhorar a entrega de relatórios que possam auxiliar na gestão, enquanto que apenas para 5,4% dos entrevistados ele precisa melhorar seus conhecimentos sobre o cálculo do custo dos produtos. Esses achados podem indicar características da formação do contador que apesar de ter conhecimentos sobre contabilidade de custos, ainda não o utilizam gerencialmente.

Percebe-se ainda que mesmo o conhecimento de legislação tributária ter sido um dos critérios mais importantes para a escolha do seu contador, nota-se que há, cada vez mais, uma maior necessidade por parte dos gestores na informação contábil para auxílio em decisões gerenciais.

Tabela 15 – Avaliação da qualidade dos serviços contábeis

	Frequência	Percentual
Regular	1	6,3
Boa	6	37,5
Muito boa	7	43,8
Excelente	2	12,5
Total	16	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

Para finalizar o estudo foi feita uma pergunta com interesse de saber qual a avaliação dos gestores sobre a qualidade dos serviços prestados pelo seu contador. Antes da análise da Tabela 15, esperava-se uma má avaliação, mas o que identificou-se foi um bom resultado, pois nenhum dos gestores os avaliou como insuficiente ou deficiente, e a média dos serviços está entre boa e muito boa. Já 12,5% consideraram a qualidade dos serviços contábeis como excelente. A comparação dos dados da Tabela 15 com os da Tabela 9 permite perceber que mesmo tendo uma boa análise sobre a qualidade dos serviços contábeis, os gestores ainda entendem que o valor desta informação é caro para a entidade. Diferentemente do estudo de Caneca (2008) nenhum respondente avaliou os serviços contábeis como insuficiente ou deficiente.

5 CONCLUSÕES

Os resultados relevantes obtidos através da análise descritiva das respostas às questões da pesquisa foram os seguintes:

- Os usuários da informação contábil estão insatisfeitos com o valor pago. Isso pode ser tomado como evidência de que as cooperativas não percebem o valor do serviço prestado pelo contador. O contador interno, devido à sua exclusividade, recebe remuneração superior à dos escritórios contábeis. A maioria dos respondentes informaram que não são capazes de calcular, eles próprios, os impostos e encargos sociais, razão pela qual não podem prescindir do contador. Porém 73% dos entrevistados estão dispostos a pagar mais, caso os contadores produzam informações que auxiliem no gerenciamento e continuidade dos negócios. Esse resultado corrobora os resultados da pesquisa de Miranda et al (2007) que também verificou a percepção de valor nos relatórios e informações gerenciais, dos gestores;

- Os serviços mais desempenhados pelos contadores estão relacionados ao simples cumprimento da legislação cível e tributária. Poucos oferecem serviços de auditoria e controladoria. Dentre os serviços prestados, o mais importante, na visão dos gestores, é a assessoria à administração da cooperativa, o que corrobora os resultados de Miranda et al (2007) e Caneca (2008);

- Com relação aos critérios para a escolha do contador, os gestores deram menos importância ao preço dos serviços e priorizaram a experiência e o conhecimento daquele sobre a legislação tributária. Na avaliação dos gestores, esse conhecimento, por parte de seus contadores, é satisfatório, no entanto, precisam melhorar na entrega de relatórios gerenciais e na agilidade de solução de problemas.

- Os gestores, em sua maioria, afirmaram que os relatórios contábeis recebidos são úteis e aplicados, e também 81% consideram a qualidade do contador entre boa e muito boa, mostrando assim uma satisfação com os serviços por ele prestados.

Portanto a percepção dos gestores das cooperativas de Alagoas, sobre o uso e a demanda das informações contábeis não difere daquele evidenciado em outras pesquisas realizadas anteriormente. A assessoria dos contadores ainda concentra-se fortemente na nos serviços relacionados às obrigações fiscais e legais, ou seja, cálculos para recolhimentos de impostos e encargos sociais, folha de pagamento de funcionários e demonstrativos contábeis obrigatórios. Os usuários sentem falta de informação gerencial, expressando isso na disposição de pagar mais caso venham a recebê-la.

Sugere-se, para trabalhos futuros, realizar esta pesquisa abrangendo as cooperativas tanto em outras Regiões Brasileiras, a fim de se investigar se os resultados obtidos são influenciados por questões culturais e regionais dos questionados, quanto com uma amostra maior, para confirmar os resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Agência. **Cooperativismo: governo e setor comemoram**. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vEditoria=Economia&vCod=68386>. Acesso em: 14/08/2009.

ALMEIDA, Edir Antonia de. **Contabilidade e autogestão: um estudo sobre a dimensão contábil no processo de autogestão dos empreendimentos de economia solidária**. 2006. 136p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Contábeis da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 2006.

AZEVEDO, Osmar Reis e SENNE, Silvio Helder Lencioni. **Obrigações fiscais das entidades sem fins lucrativos e sociedades cooperativas**. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

CANECA, Roberta L. **Oferta e procura de serviços contábeis para micro, pequenas e médias empresas: um estudo perceptivo das percepções dos empresários e contadores**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recife, 2008.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 785/95**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_785.doc. Acesso em: 02/09/2009.

_____. **Resolução nº 920/2001**. Disponível em: www.cfc.org.br Acesso em 15.Out.2009.

FREZATTI, Fábio. Management accounting profile of firms located in Brazil: a field study. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 9. 2 ed. especial, pp. 147 – 165, 2005.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting: theory and practice**. 7 ed. Prentice Hall: Londres, 2001.

GOZER, Isabel C.; ALVES, Roberta de S.; GIMENES, Régio M. T. **Diferenciações na elaboração dos demonstrativos financeiros das cooperativas agropecuárias em relação às firmas de capital**. 43º Congresso da SOBER em Ribeirão Preto. 2005. Disponível em: www.sober.org.br Acesso em 13.jul.2010

- KAM, Vernon. **Accounting theory**. 2ed. John Wiley and Sons: Hayward, 1990.
- KREUTZ, Ineida T. **Cooperativismo passo a passo**. Goiás: 7. ed., 2004.
- LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- MIRANDA, Luiz Carlos; et al. **Demanda por serviços contábeis pelos mercadinhos: são os contadores necessários?** Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, PP. 131 – 151, jan./mar. 2008.
- MCC – Mondragón Corporación **Cooperativa**. 2010. Disponível em <www.mondragon-corporation.com> Acesso em 14.Jul.2010.
- NAVES, Carolina de F. B. **A sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural: um estudo de caso no estado de São Paulo**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto: 2007.
- NUNES, Leonor C.; SERRASQUEIRO, Zélia M. S. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. **Revista de Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 36, PP. 87 – 96, set./dez. 2004.
- OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. **Cooperativismo em toda a parte**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/institucional.asp>> Acesso em: 21/08/2009.
- OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná. **Aspectos a serem considerados em relação às cooperativas**. 2010. Disponível em: <www.ocepar.org.br> Acesso em: 14.Jul.2010. (a)
- _____. **Sistema OCB reúne 7,8 milhões de associados em 2008**. 2010. Disponível em: <www.ocepar.org.br> Acesso em: 14.Jul.2010. (b)
- OYADOMARI, José Carlos; *et al.* Fatores que influenciam a adoção de artefatos de controle gerencial nas empresas brasileiras: um estudo sob a ótica da teoria institucional. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 2. n. 2. pp. 55-70. Jan / abr. 2008.
- PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo**. São Paulo: ICA, 1997.
- PINHO, Diva Benavides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.
- RAIMUNDO, Thaisa D. **Estudo sobre o impacto da aplicação das normas contábeis internacionais nas demonstrações contábeis das cooperativas de crédito brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto, 2007.
- SHELDON, Dan. **Recognizing failure factors helps small business turnarounds**. National Productivity Review, v. 1, pp. 533 – 541, 1994.
- SOUTES, Dione O. **Uma investigação do uso de artefatos da contabilidade gerencial por empresas brasileiras**. 116 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2006.
- STOECKEL, John; CHOUDHURY, Moqbul. **Pakistan: Response validity in a KAP survey**. Studies in Family Planning, v. 1, n. 47, pp. 5 – 9, nov. 1969.

UMBELINO, Wesley Serbin. **Avaliação qualitativa do desequilíbrio da oferta e demanda de serviços contábeis nas micro, pequenas e médias empresas da grande Recife.** 2008. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife, 2008.

WISNIEVSKI, Gilmar. **Manual de contabilidade das sociedades cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.